



SNBU 2014
Belo Horizonte - MG

XVIII Seminário Nacional de
Bibliotecas Universitárias
16 a 21 de novembro

XVIII Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias SNBU 2014

RECURSO, DESCRIÇÃO E ACESSO – RDA: BREVE DESCRIÇÃO

Raildo de Sousa Machado



SNBU 2014
Belo Horizonte - MG

XVIII Seminário Nacional de
Bibliotecas Universitárias
16 a 21 de novembro

RESUMO

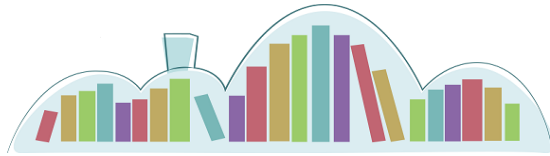
Expõe a forma que as mudanças nos suportes informacionais alteraram o ambiente das bibliotecas e como os serviços oferecidos pelas bibliotecas precisaram adequar-se a forma de os catalogar. O objetivo geral que norteou a construção do presente trabalho buscou analisar a necessidade e o desenvolvimento da norma internacional de catalogação, a RDA (Recurso: Descrição e Acesso). Os objetivos específicos deram corpo a este trabalho e procurou estudar as mudanças nos suportes informacionais que motivaram a revisão do AACR2 e conseqüentemente o nascimento da RDA. Analisar o surgimento e os principais objetivos da RDA, o novo código de catalogação; Conceituar os modelos de registros, Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR) e Functional Requirements for Authority Data (FRAD), que fundamentaram a construção da RDA desenrolaram os objetivos específicos. O desenvolvimento deste trabalho se deu por meio de pesquisa bibliográfica, por ter estudado as principais obras publicadas sobre o assunto proposto, sendo livros, artigos de periódicos, sites na Internet. Utilizou-se, também, a pesquisa exploratória que, por meio da pesquisa bibliográfica, proporcionou maior familiaridade com as obras que tratam do assunto abordado, além de traduções para o português de relatórios e artigos referentes a RDA.

Palavras-chave: Recurso Descrição e Acesso – RDA. Códigos de catalogação. Catalogação descritiva.

ABSTRACT

Exposes the way that changes in informational media altered the environment of libraries and how the services offered by the libraries needed to adapt to the shape of the catalog. The general objective that guided the construction of the present study was to examine the need and development of international cataloging standard, RDA (Resource: Description and Access). Specific objective gave substance to this work and sought to study changes in informational media that prompted the revision of AACR2 and hence the birth of the RDA. Analyze the rise and the main objectives of the RDA, the new cataloging code; Conceptualize models of records, Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR) and Functional Requirements for Authority Data (FRAD), which underlie the construction of RDA unfolded specific objective. The development of this work was given by means of literature, having studied the major works published about the proposed subject, with books, journal articles, and websites. It was also used the exploratory research through the literature search resulted in a greater familiarity with the works that deal with the subject matter, as well as translations into Portuguese reports and articles concerning the RDA.

Keywords: Resource: Description and Access - RDA. Cataloging codes. Descriptive cataloging.



1 INTRODUÇÃO

As ferramentas criadas pelo homem desde os tempos pré-históricos, sempre visavam uma forma de simplificar os trabalhos por eles desenvolvidos, e à medida que foram sendo criadas outras necessidades também foram surgindo e exigindo que novas formas de instrumentos, ou instrumentos adequados às necessidades, fossem estudadas, criadas, testadas e aplicadas. E isso ocorreu durante todo o processo do desenvolvimento humano. Foi assim com as formas de registrar informação, evoluindo do tempo em que eram fixadas nas paredes das cavernas até chegar aos tempos das mais altas tecnologias.

A catalogação descritiva, como um dos serviços de uma Unidade Informacional (UI), não deixou de ser modificada e a cada período foi adequando-se às novidades. Com o ambiente eletrônico estas mudanças foram ainda mais intensas.

2 A EVOLUÇÃO DOS SUPORTES INFORMACIONAIS

A necessidade do homem de registrar as observações que tinha ao seu redor o levou a experimentar várias ferramentas como suportes para os registros. Vários autores relacionam uma série destes suportes que foram, e outros que ainda são, usados com a intenção de perpetuar informações, destacando que o ser humano sempre usou o que tinha a sua disposição, empregando para isso pedra, materiais inorgânicos e orgânicos à base de tintas vegetais e minerais, como a argila, ossos, conchas, marfim, folhas de palmeiras, bambu, metal, cascas de árvores, madeira, couro, papiro, velino, pergaminho, seda, o papel e mais recentemente, o meio digital.

As páginas “de Gutenberg”, com o passar do tempo, aos poucos foram tendo que dividir espaço com o texto imaterial. E da mesma forma que ocorreram grandes mudanças com a chegada da imprensa, assim acontece com os formatos atuais, acarretando alterações não só nos suportes informacionais, mas, também, na disposição do ambiente, nas técnicas de tratamentos dos materiais e na maneira de sua disponibilização.

As tecnologias trazidas por Gutenberg deram um novo rumo aos suportes já que proporcionaram maior agilidade nas impressões contribuindo assim para uma mediação mais intensa da informação, tornando o livro mais acessível aos diferentes setores da sociedade. Foi neste ambiente de transformações que se deu início a chamada “explosão da informação”, que



alterou significativamente o universo informacional.

Com o resultado dessas significativas mudanças ocorridas nos suportes informacionais é impossível que a forma de armazenar, selecionar, recuperar e disseminar as informações contidas nesses suportes continue inalterada. Essa decorrência cria novas necessidades que exigem que as antigas regras modifiquem-se e entrem em harmonia com as realidades atuais das UI, adequando-se o suporte, o ambiente, os usuários e o profissional, à nova era da informação.

3 FRBR E FRAD: BREVE ESTUDO

3.1 FRBR

Longe de se impor como um código de catalogação, os FRBR são base para a construção de padrões, regras e formas de códigos, orientando na estruturação destes códigos.

Os FRBR são um modelo conceitual. A esse respeito Mey e Silveira (2009, p. 17) esclarecem que “modelo” pode ser considerado “como representação de algo; conceitual implica a modelagem de coisas, processos ou abstrações, de forma a sintetizar e sistematizar sistemas teóricos ou fenômenos com vistas à aplicação”, reforçando assim, o estabelecimento dos FRBR não com a finalidade de se tornarem normas catalográficas, mas de orientarem a construção destas.

Com foco nas necessidades dos usuários, tanto o usuário final como o profissional catalogador, os FRBR propõem-se a relacionar dados das entidades de forma que estes dados auxiliem, eficientemente, a recuperação e acesso aos suportes informacionais por parte dos consulentes. Com esse objetivo, os FRBR buscam o que os usuários têm como necessidades e usam os dados que são estratégicos para a recuperação. Santos e Corrêa (2009, p. 31-32) descrevendo os FRBR, acentuam que “o documento estabelece conceitos novos incluindo metadados (visando facilitar a inclusão e a navegação dos dados no meio digital), que, futuramente, darão origem ao novo Código Internacional de Catalogação, cujo objetivo principal será a satisfação do usuário”, ratificando o objetivo de servir de auxílio aos usuários, tanto o usuário final como o catalogador.

Os FRBR trabalham com quatro tarefas básicas usadas pelos consulentes na busca por um conteúdo. São apresentadas pela International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) (1998, p. 82, tradução nossa):



- Encontrar entidades que correspondam aos critérios de busca formulados pelo usuário (isto é, localizar tanto uma única entidade quanto um conjunto de entidades num arquivo ou base de dados como resultado de uma busca que empregue um atributo ou uma relação da entidade);
- Identificar uma entidade (isto é, confirmar que a entidade descrita corresponde à entidade procurada, ou distinguir entre duas ou mais entidades com características similares);
- Selecionar uma entidade que seja apropriada às necessidades do usuário (isto é, escolher uma entidade que atenda aos requisitos do usuário no que se refere a conteúdo, formato físico, etc., ou recusar uma entidade que seja inadequada para as necessidades do usuário);
- Adquirir ou obter acesso à entidade descrita (isto é, adquirir uma entidade por meio de compra, empréstimo, etc., ou ter acesso eletronicamente a uma entidade por meio de uma conexão em linha com um computador remoto).

Estas quatro tarefas formam o ponto de partida usado pelos FRBR com objetivo de tornar os suportes recuperáveis de forma fácil e objetiva proporcionando aos usuários satisfação em suas buscas. No entanto, Denton (2007, p. 42, tradução nossa) esclarece que, na verdade, as

tarefas dos usuários são descendentes dos Objetos de Cutter. Por exemplo, encontrar um livro do qual o autor seja conhecido torna-se encontrar todas as manifestações que englobam as obras que determinada pessoa física ou jurídica é responsável e encontrar uma manifestação particular quando o(s) nome (s) de pessoa(s) e/ou corporação seja(m) conhecido(s).

O autor supracitado enfatiza ainda que apesar da forte ligação das “tarefas do usuário” com os “objetos de Cutter”, os FRBR são mais extensos por não limitar o usuário, permitindo-o fazer uma busca por qualquer um dos atributos de qualquer entidade.

Resultado de um exame dos requisitos funcionais dos registros bibliográficos, os FRBR foram aprovados em 1997 pelo *Standing Committee on Cataloging da IFLA*, como relatório final e teve sua publicação em 1998 (OLIVER, 2011). Na introdução do *Functional Requirements for Bibliographic Records: Final Report* (IFLA, 1998) fica evidente as demais razões que motivaram a sua construção. Dentre essas razões pode-se destacar a questão do crescimento da catalogação cooperativa ou compartilhada, que se tornou uma necessidade que começou a contar com a força das novas tecnologias que deram impulso para a aplicação da catalogação compartilhada. A própria demanda causada pela chegada das novas tecnologias formaram fatores que também influenciaram no exame feito pela IFLA na catalogação prática e teórica em âmbito internacional, exame este que deu resultado aos FRBR.

Um ponto decisivo para a elaboração dos FRBR foi a questão dos custos com a catalogação que seria resolvida com a redução “pela minimização de duplicatas de



catalogação” (IFLA, 1998, p. 1, tradução nossa). Neste sentido, vale ainda resaltar a intenção da IFLA em propor um modelo que simplificasse a elaboração de códigos catalográficos e, conseqüentemente, o processo catalográfico, apoiando o surgimento das mutações acarretadas pela constante inovação das tecnologias buscando assim “acomodar mudanças emanadas das emergentes novas formas de publicações eletrônicas e os adventos de acesso a recursos informacionais em rede” (IFLA, 1998, p. 1, tradução nossa).

3.2 FRAD

O FRAD é uma extensão dos FRBR, porém com ênfase nos dados de autoridades. Adotou os nomes *Functional Requirements and Numbering for Authority Records* (FRANAR), *Functional Requirements for Subject Authority Records* (FRSAR) e finalmente, *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD) que ainda está em fase de desenvolvimento.

Os Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade, como os FRBR, usam tarefas de usuários e repetem algumas das entidades, mas com foco nos dados de autoridade. De acordo com Mey e Silveira (2009, p. 39) ficaram assim divididas e conceituadas:

- **Encontrar** uma entidade ou conjunto de entidades correspondentes a um critério determinado, ou explorar o universo de entidades bibliográficas utilizando seus atributos e relações;
- **Identificar** uma entidade ou validar a forma do nome a ser usado como ponto de acesso controlado;
- **Situar** uma pessoa, uma entidade coletiva, uma obra etc. em determinado contexto; esclarecer a relação entre duas ou mais pessoas, entidades coletivas, obras etc. e um nome pelo qual esta pessoa, entidade coletiva etc. é conhecida;
- **Justificar** indicando a fonte na qual se baseia o ponto de acesso controlado, a razão da escolha do nome ou de sua forma pelo criador do dado de autoridade.

Situar e justificar são as novidades apresentadas pelos dados de autoridade e visam não apenas conhecer a autoridade, mas, também, explicar por meio de bases autorizadas as formas que se apresentam. As entidades também receberam acréscimos para suprir as necessidades exigidas pelos dados de autoridades com significações próprias.

Assim como os FRBR, o FRAD objetiva relacionar os atributos das entidades para facilitar a busca por parte dos usuários, além de servir de referencial tanto para catalogadores



como para o desenvolvimento de novas regras e novos códigos de catalogação.

3.3 Os FRBR, o FRAD e a RDA

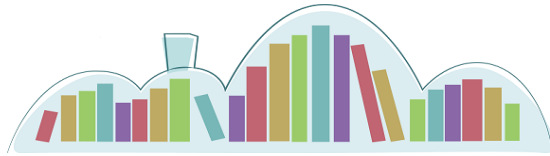
Os modelos FRBR e o FRAD serviram de base para a construção da RDA por terem uma grande aceitação por agências catalogadoras e por terem se estabelecido como importantes modelos conceituais para a catalogação.

Oliver (2011, p. 17) enfatiza que “estes modelos moldaram a estrutura da RDA e influenciaram a linguagem empregada nas instruções”. Desta forma não há como usar a RDA sem um conhecimento prévio dos conceitos aplicados nos FRBR e FRAD. A autora frisa ainda que ao analisar as relações colocadas pela RDA ficam claras a sua ligação com tais modelos conceituais.

4 RECURSOS: DESCRIÇÃO E ACESSO (RDA)

As alterações causadas pelas novas tecnologias tiveram sua relevância no final do século XX, relevância essa que levou, no início do século XXI, à revisão dos *Princípios Internacionais de Catalogação*. Estes princípios, mais conhecidos como *Princípios de Paris*, objetivaram auxiliar a normalização internacional na catalogação, sendo o primeiro passo relevante para a padronização da catalogação. Os resultados das revisões, que se tornaram necessárias em vista do corrente uso dos *On-line Public Access Catalogs* (OPACs), estão materializados na *Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação* (IFLA, 2009), lançado pela IFLA, em 2009, sucede e expande o âmbito dos *Princípios de Paris* dando um panorama geral das normas de catalogação em âmbito internacional, estabelecendo diretrizes para o serviço catalográfico e definindo regras a serem usadas na construção de códigos de catalogação. A IFLA (2009, p. 2), neste documento, deixa claro que os princípios deliberados “aplicam-se a registros bibliográficos e de autoridade e a catálogos correntes de bibliotecas. Os princípios podem também ser aplicados a bibliografias e outros ficheiros (arquivos) de dados criados por bibliotecas, arquivos, museus e outras comunidades”, expandindo assim o número de instituições que serão beneficiadas com esses Princípios. O centro dos princípios está em oferecer maior facilidade de utilização dos catálogos pelo usuário.

Várias ações ocorreram, e ocorrem, no âmbito biblioteconômico objetivando acompanhar e usufruir dos benefícios das tecnologias disponíveis, adequando-se a elas para



melhor desenvolver atividades dentro das UIs e buscando atender da melhor maneira possível o usuário, traçando metas para que os códigos sejam de fácil uso e estejam de acordo com o que busca a comunidade que o utiliza.

Como parte destas ações, em 2004 deu-se início as revisões do Código de Catalogação Anglo-Americano, 2ª edição, (AACR2) tendo como alvo torná-las compatíveis e capazes de atender os catálogos em linha e padronizar o registro de novos suportes, porém sem deixar de lado os antigos, presentes nas UIs antes da revolução das novas mídias, uma vez que o AACR2 foi desenvolvido para catálogos em ficha, destinadas à catalogação de livros, periódicos e demais materiais impressos e físicos. Ainda que os materiais impressos tenham sido a base para o desenvolvimento do AACR deixaram de ser predominantes nas bibliotecas, tendo, inclusive, que dividir espaço com suportes não físicos, não palpáveis. Oliver (2011, p. 3) aponta que “embora regras destinadas a outras mídias hajam sido enxertadas no código, nunca houve uma metodologia coesiva e logicamente coerente da descrição de conteúdo, mídia e suporte” deixando, desta forma, com que os novos suportes de conteúdos ficassem desprovidos de regras que os catalogassem e tornassem seu acesso possível. Knight (2010, p. 2, tradução nossa) enfatiza que as necessidades da revisão do AACR2

culminou na Conferência Internacional para os Princípios e Desenvolvimento Futuro das AACR realizado em Toronto, em 1997. Alguns dos problemas que esta conferência focou foi melhorar o tratamento de uma série de recursos, questões entre o conteúdo intelectual e o suporte deste conteúdo e a função das regras de catalogação no ambiente *online*.

Buscando, assim, uma adequação bem como uma ampliação das regras, com o intuito de acomodar as novas mídias. Esta revisão resultaria no AACR3, que tinha como responsável o *Joint Steering Committee for Revision of AACR*. Mey e Silveira (2009, p. 90) ressaltam que “a revisão provocou mudanças substanciais e acarretou, em 2005, o desenvolvimento de um sucessor do AACR2, a RDA”. Sob o encargo agora do *Joint Steering Committee for Development of RDA*, esta norma salta os limites anglo-americanos e pretende consolidar-se como uma norma internacional, visto que contou com a cooperação de vários códigos nacionais, observando suas aplicações e necessidades regionais, permitindo sua flexibilidade e seu uso internacional.

Modesto (2008) define a RDA como uma

proposta de padrão sucessora ao AACR2 [...], seu desenvolvimento caracteriza-se por uma mudança na direção de ser um código internacional (ou de aceitação global), que diferentemente do atual (em uso), não se regule por regras rígidas, mas



SNBU 2014
Belo Horizonte - MG
XVIII Seminário Nacional de
Bibliotecas Universitárias
16 a 21 de novembro

por diretrizes de ampla aplicação, e com foco centrado no usuário e nas suas necessidades de informação.

Sendo assim, as regras rigorosas do AACR2 darão lugar a uma norma que se propõe oferecer padrões de fácil utilização e que adequa-se à realidade de todas as bibliotecas.

4.1 Objetivos iniciais da RDA

Os objetivos norteiam a construção da RDA, focando os ambientes que a usará bem como cobrir as necessidades atuais e futuras do serviço catalográfico. Além de ter sido desenvolvida com a pretensão de tornar-se uma norma internacional, a RDA foi criada para o ambiente digital, uma vez que a revolução das novas tecnologias alterou os formatos em que se encontram os conteúdos, bem como a forma de elaborar e utilizar os catálogos.

Quanto a essas alterações, Oliver (2011, p. 2) enfatiza que

não somente por causa da rápida proliferação de novos tipos de publicações, novas formas de conteúdo e novos suportes de conteúdo, mas também porque a passagem para um ambiente de rede em linha alterou qualitativamente a maneira como a biblioteca e seus usuários realizam suas atividades.

A biblioteca, que tem o perfil de seus usuários modificado, exige agora que sejam desenvolvidas atividades que condigam com o ambiente que o usuário vivencia dentro e fora da UI, atendendo assim, por meio dos OPACs e otimizando os serviços prestados e relacionando-os com as novidades tecnológicas. Assim, a RDA, baseando-se nos FRBR e nos FRAD, traz a proposta de oferecer registros que se relacionam entre si, bem como com os seus autores – sejam eles pessoa, família ou corporação e suas variantes quanto à forma de apresentação do nome – título, título equivalente em outra língua e, até mesmo, a forma de escrita da obra.

A RDA busca abranger não apenas o ambiente digital, mas também descrever os materiais já presentes na biblioteca, diga-se, os materiais impressos, sem deixar de trazer proposta para os futuros suportes que ainda farão parte da vida dos usuários e que serão exigidos nas UIs. Oliver (2011, p. 3) confirma isso ao dizer que a RDA “oferece os princípios e as instruções para registro de dados de recursos hoje conhecidos e os que ainda venham a ser desenvolvidos”.

Mas o objetivo que mais tem chamado a atenção é que esta norma foi desenvolvida pensando no usuário e na barreira existente entre ele e a informação, traçando o caminho para a remoção dessa barreira, levando-o à obtenção do conteúdo desejado, independente do



suporte.

O *Joint Steering Committee for Development of RDA – JSC/RDA* (2009a, p. 2) define recurso como um objeto, palpável ou não, capaz de armazenar informação e indica os passos para que este recurso chegue ao usuário. Parafraseando o modelo conceitual dos FRBR, o JSC/RDA (2009a, p. 2, tradução nossa) diz que a descoberta de recurso engloba as seguintes tarefas do usuário:

- Encontrar – para encontrar recursos que correspondam à pesquisa inicial do usuário;
- Identificar – para confirmar que este recurso descrito corresponde ao recurso solicitado, ou distinguir entre dois ou mais recursos com características similares;
- Selecionar – para selecionar um recurso que seja apropriado ao que o usuário precisa;
- Obter – para adquirir ou acessar o recurso descrito.

Logo, a RDA oferece subsídio ao usuário para que encontre o recurso desejado e uma vez encontrado que seja avaliado, devendo aceitar ou descartar; se aceito, deve selecionar o recurso que lhe seja mais favorável e então obtê-lo, por compra, empréstimo ou consulta. Desta forma, a RDA se estabelece como uma norma que atende as necessidades catalográficas dos catalogadores, mas baseando-se nas necessidades e formas de o usuário ter acesso a informação.

4. 2 Objetivos da RDA

Os objetivos que regem o desenvolvimento da RDA foram elaborados com a intenção de fazer com que determinado RECURSO – seja ele impresso ou não, palpável ou não – fosse DESCRITO pelo catalogador e ACESSADO pelo usuário de maneira simples e eficiente. Definir recurso, descrição e acesso, será de grande valia para se estabelecer os objetivos regentes da RDA.

Os recursos antes eram as próprias obras, livros, periódicos, etc. que compunham os acervos. Hoje, no entanto, voltando ao sentido mais real da palavra, os recursos funcionam como o meio entre a informação e o usuário, independentemente de formato. A descrição é uma prática utilizada por catalogadores para, como o nome já diz, descrever os recursos informacionais individualizando-os, tornando-os singulares quando comparados a outros recursos registrados nas UIs. O acesso é o fim, é o momento em que se dá o desfecho do trabalho de se descrever o recurso, que uma vez descrito poderá ser acessado por meio dos



SNBU 2014
Belo Horizonte - MG

XVIII Seminário Nacional de
Bibliotecas Universitárias
16 a 21 de novembro

catálogos, fazendo útil o recurso e satisfeito o usuário.

A seguir serão expostos os objetivos conforme foram colocados pelo JSC/RDA (2009a), destacando-se que estes objetivos norteiam as regras da norma internacional.

- Abrangência – determina que as normas e as instruções devam compreender todos os conteúdos que os catálogos representam;
- Consistência – exige que as normas e as instruções sejam consistentes em sua criação, evitando contradições;
- Clareza – veta a ambiguidade nas normas e instruções, exigindo simplicidade e clareza na sua elaboração;
- Racionalidade – não permite a arbitrariedade e requer racionalidade na elaboração de suas normas e instruções;
- Circulação – determinante para os novos recursos, exige que as normas e instruções sejam desenvolvidas objetivando cobrir a variedade, a natureza e as características dos recursos e conteúdos atuais e futuros;
- Compatibilidade – as normas e as instruções devem obedecer aos princípios internacionais de catalogação;
- Adaptabilidade – as normas e as instruções devem ser adaptáveis a necessidades específicas de diversas comunidades, sendo desta forma uma norma aberta a novas mudanças;
- De uso fácil e eficiente – determina que as normas e as instruções sejam fáceis sem deixar de serem eficientes, visando otimizar a utilização pelo usuário.

Tais objetivos deixam clara a intenção que a RDA tem de tornar-se uma norma elaborada pensando no usuário, além de procurar ser uma norma compreensiva capaz de propor regulamentos para continuar descrevendo os recursos existentes, mas focando na velocidade com que a tecnologia tem evoluído e se inserido nas UIs e transformando, suportes e conteúdos informacionais. O objetivo “circulação” é o grande diferencial em relação ao AACR2, pois, além de continuar oferecendo regras para o registro de impressos, auxilia os suportes atuais e futuros, permitindo que futuras grandes alterações na norma sejam dispensáveis.

4.3 Princípios da RDA

São os princípios que estabelecem as regras que fundamentam a RDA. Neles fica claro



SNBU 2014
Belo Horizonte - MG

XVIII Seminário Nacional de
Bibliotecas Universitárias
16 a 21 de novembro

a linha básica que a norma deve seguir, sempre focalizando o usuário e o ambiente digital.

Os princípios estabelecidos pelo *Joint Steering Committee for Development of RDA* indicam os elementos básicos que regem a construção da norma, indo da generalidade à especificidade, exigindo que a norma cumpra os seus objetivos. Os princípios, ratificando os objetivos, abordam a necessidade de se descrever um recurso de tal forma que o seu acesso seja fácil e eficiente, potencializando a recuperação por parte do usuário.

O JSC/RDA (2009a) estabelece que a norma internacional deve obedecer ao princípio da

- Generalização – as normas e instruções básicas devem cobrir os diversos recursos informacionais, este princípio deve ser aplicado, também, aos pontos de acesso, nomes e títulos;
- Especificidade – as normas e instruções devem tratar os recursos individualmente, quanto ao tipo específico de conteúdo, nome, título e a relação feita entre eles;
- Não redundância – inibe as repetições dispensáveis, tornando a RDA uma norma prática, objetiva;
- Terminologia – estabelece que as normas e instruções da RDA devem estar ligadas aos termos e conceitos dos FRBR e dos FRAD;
- Estrutura de referência – determina que cada norma e instrução precisa ter relação com as normas e instruções gerais, bem como localizar as que são de relevância para suas aplicações.

O princípio da generalização expõe que basicamente as orientações devem atingir todos os suportes, sendo que os vários tipos de pontos de acesso devem obedecer a este princípio. Mesmo com princípio geral, a norma exige a individualização dos itens, os tratando como únicos em relação a seus pontos de acesso, evitando assim as reproduções e redundâncias, que fazem com que os catálogos fiquem inchados tornando com que o processo de recuperação seja confuso e impreciso. O princípio da terminologia é o que dá sustento para a RDA ser uma norma de uso internacional, por ter suas diretrizes intimamente ligadas aos modelos conceituais FRBR e FRAD, que visam uma normalização da prática de registros de suportes e conteúdos. A estrutura de referência faz com que a norma seja altamente coerente, possibilitando o uso de instruções específicas para registros que exijam tal especificidade.



4.4 O AACR2 e a RDA: algumas mudanças

Como mencionado anteriormente, a RDA se preocupa com as necessidades do usuário, por esse motivo adota características que visam o melhor uso pelo consulente. De outro lado tem-se o AACR2 que em decorrência de algumas regras inflexíveis limita a representação de elementos importantes no processo de busca de uma obra, como por exemplo, a descrição de uma obra com mais de três autores, o que será visto a seguir com a regra dos três.

Serão apresentadas, também, algumas mudanças que modificam diretamente naquilo que o catalogador acostumou-se a fazer ou descrever. Destaca-se a questão de:

- a) regra dos três: a RDA parte do princípio em que uma obra que tenha mais de três autores pode ser recuperada por qualquer um dos autores e não apenas pelo principal ou primeiro citado. Determina que a entrada principal seja pelo primeiro autor citado e os demais registrados como pontos de acesso secundários.
- b) título essencial: no AACR2 descreve-se o título, subtítulo e outras informações sobre o título, a RDA descreve somente o essencial, ou seja, o título principal. Opcionalmente as demais informações sobre este podem ser acrescentadas.
- c) datas: como cita Oliver (2011, p. 72), “a RDA apresenta elementos de dados específicos para cada tipo de data: data de publicação, data de produção, data de fabricação, data de *copyright*”.

4.5 Laços com o AACR2

Apesar de algumas necessidades não serem mais providas pelo AACR2, como a inextensibilidade para a descrição de novos recursos, a comunidade catalográfica não deixa de reconhecer o quanto determinadas bases ainda são de extrema importância para o desempenho da prática da catalogação.

Em sua apresentação o AACR2 – Revisão de 2002 –, Ann Huthwaite, Presidente do *Joint Steering Committee for Revision (JSC)*, deixa claro que o Comitê se esforçará para que novas revisões sejam feitas para suprir as necessidades surgidas com os novos suportes informacionais.

Estou confiante de que o *JSC*, juntamente com *Committee of Principals for AACR*, continuará a fazer uma abordagem estratégica para planejar a evolução do código, e como resultado tornará viável um padrão para descrição bibliográfica a acesso no futuro (HUTHWAITE, 2005, p. xxvii).

Como a pretensão inicial era a revisão do AACR2 que resultaria no AACR3, é



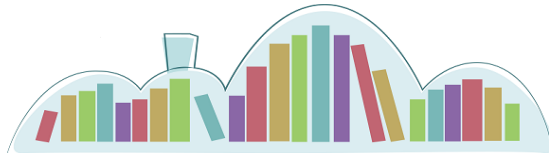
SNBU 2014
Belo Horizonte - MG

XVIII Seminário Nacional de
Bibliotecas Universitárias
16 a 21 de novembro

indissociável a relação da RDA com o AACR2. O novo código toma algumas das bases do AACR2, permitindo, inclusive, que ambientes usem a RDA sem prejuízos quanto aos materiais já registrados utilizando o AACR2.

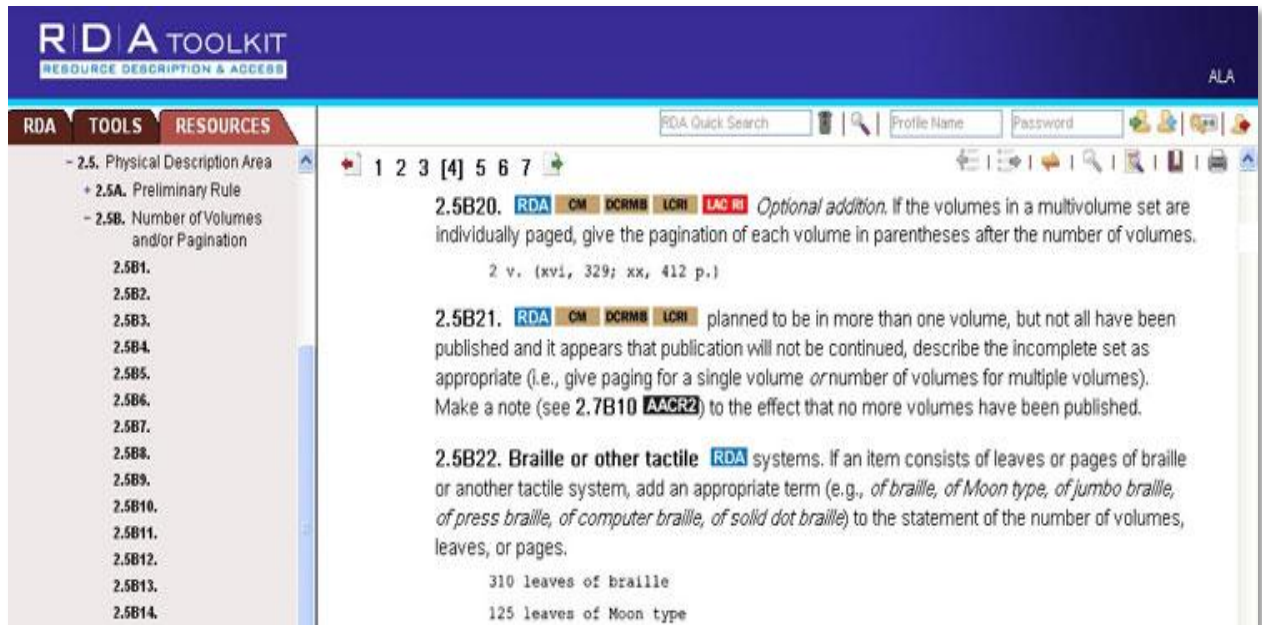
O JSC/RDA (2009b, p. 1, tradução nossa) deixa claro que a RDA foi “construída em fundações estabelecidas pelo Código Anglo-Americano de Catalogação” e as alterações ficaram por conta das necessidades exigidas pelas tecnologias que mudaram não só o ambiente das bibliotecas, mas, também, arquivos, museus, editoras, etc., locais em que a RDA pretende subsidiar.

Oliver (2011, p. 46) destaca que “a RDA introduz mudanças significativas, porém continuam existindo vínculos importantes entre AACR2 e RDA”, mostrando desta forma que o novo código propõe ser uma continuidade do AACR2, no entanto, com um nome diferente que objetiva sair da atmosfera dos países criadores e alcançar a comunidade internacional. A autora supracitada expõe ainda que a estrutura de administração da RDA é a mesma que do AACR2 e apesar da mudança do nome de *Joint Steering Committee for Revision of AACR* para *Joint Steering Committee for Development of RDA*, é, basicamente, este mesmo Comitê que terá a responsabilidade das revisões futuras da RDA, as entidades responsáveis pelo JSC/RDA são: *American Library Association*; *Australian Committee on Cataloguing*; *British Library*; *Canadian Committee on Cataloguing*; *Chartered Institute of Library and Information Professionals (CILIP)* e *Library of Congress (LC)*; mais uma forte ligação com o AACR2 são as, já citadas anteriormente, bases que foram utilizadas na construção da nova norma, que pelo excelente desempenho da antiga norma, bem como o fato de ter sido usado para orientar a catalogação em diversos países, indo além do ambiente Anglo-Americano, proporcionou alicerces importantes e solidificados para o estabelecimento do código internacional; outra ligação que cabe destaque é quanto às instruções, a RDA apresenta novas diretrizes, mas algumas presentes no AACR2 são de tamanha importância que não poderiam deixar de ser aproveitadas; a compatibilidade dos registros é outra ponte entre as normas, sendo um benefício para as UI que já usavam o AACR2 e que passarão a adotar os padrões da RDA, sendo assim o serviço catalográfico adaptar-se-á facilmente as normas de descrição acrescidas; vale destacar ainda que a nova norma é, na verdade, o resultado de uma revisão profunda da antiga norma em que se propunha melhorá-la fazendo com que os desfalques gerados com a chegada das novas tecnologias fossem habilmente supridos com as alterações resultantes na RDA.



Os laços ficam evidentes também no conteúdo da RDA que em alguns pontos remete ao que correspondia anteriormente no AACR2, como pode ser visto na figura 6 que mostra uma tabela no lado esquerdo que permite ver os itens do AACR2 e a que corresponde na RDA.

Figura 1 – AACR na RDA



Fonte: ALA (2010).

4. 6 Funcionalidade

Com o foco no ambiente digital, a RDA apresenta uma estrutura flexível e extensível que visa cobrir todos os suportes, tanto antigos como novos, presentes nas UI.

A nova norma traz padrões, baseados no AACR2, porém criados para dar apoio aos suportes e aos catálogos *online*, proporcionando uma forma de apresentar os registros de forma para que sejam de fácil acesso (FUSCO, 2011, p. 35).

O JSC/RDA (2009b, p. 1-2, tradução nossa) destaca que

os modelos FRBR e FRAD fornecem a RDA uma estrutura subjacente que tem o escopo necessário para apoiar a cobertura completa de todos os tipos de conteúdo e mídia, a flexibilidade e extensibilidade necessária para acomodar novas características de recursos emergentes, e a adaptabilidade necessária para a produção de dados para funcionar dentro de uma vasta gama de ambientes tecnológicos.

Com isso a nova norma expande sua área de atuação, sem deixar de atender os suportes já existentes nas UIs no momento da implantação da RDA. Sua função flexível permite a tolerância de se aplicar as normas de registros aos suportes que as exigem, detalhar



SNBU 2014
Belo Horizonte - MG

XVIII Seminário Nacional de
Bibliotecas Universitárias
16 a 21 de novembro

os dados do registro quando estes se mostrarem necessários. Já a função extensível atende a questão das frequentes mudanças, que com o surgimento dos novos suportes informacionais não se fará necessária uma nova revisão da norma, mas apenas o uso da abertura para os novos suportes informacionais. Tal afirmação também deixa claro o intento de se tornar uma norma não usada apenas em bibliotecas, mas pretende alcançar os ambientes que lidem com informação, mesmo que não seja informação para fins de pesquisa.

4. 6. 1 Acesso à RDA

A figura 2 mostra a tela inicial da RDA que pode ser acessada no endereço <http://access.rdatoolkit.org/> na qual se visualiza à esquerda, o sumário. Conforme explica Silva *et al.* (2012, p. 116), a RDA “é composta por 38 capítulos, sendo que o capítulo 0 é a introdução; 10 seções, nas quais se encontram 37 capítulos; e 13 apêndices”. Ainda segundo os autores, determinados capítulos ainda não estão inteiramente desenvolvidos, mas o capítulo divulgado serve como base para o aprimoramento futuro.

Figura 2 – tela inicial da RDA.



Fonte: ALA (2010).

Ou pode ser adquirida o obra impressa nos seguintes endereços:

Figura 3 – RDA impressa.

- <http://www.rdatoolkit.org/subscribe>
- <http://www.alastore.ala.org/detail.aspx?ID=3065>
- <http://www.cla.ca/source/Orders/index.cfm?>



SNBU 2014
Belo Horizonte - MG
XVIII Seminário Nacional de
Bibliotecas Universitárias
16 a 21 de novembro



Fonte: ALA (2010).

4.7 Pretensão internacional

A RDA tem como países responsáveis os Estados Unidos, o Reino Unido, o Canadá e a Austrália, porém isso não significa que seja de uso apenas destes países. Como dito anteriormente, um dos motivos para a mudança do nome de AACR3 para RDA é justamente tirar o foco do ambiente Anglo-Americano, fazendo com que a norma tome proporções mais extensas que o AACR2 que mesmo adotando esse nome tornou-se o código usado em vários países que não faziam parte o grupo responsável.

Segundo Oliver (2011, p. 8) “para que uma norma tenha credibilidade e seja aceita, é importante que esteja em harmonia com as normas internacionais vigentes e compartilhe o mesmo entendimento quanto à natureza e uso dos dados bibliográficos”. Logo, a ligação da RDA com os *Princípios de Paris*, que são princípios aceitos no mundo catalográfico e que norteiam as normas de catalogação, bem como os FRBR e FRAD que também são altamente aceitos pelas agências catalogadoras e que proveem a nomenclatura e conceitos da sociedade universal de catalogação permitem que a RDA seja uma substituta do AACR2. O comitê organizador procurou ouvir os grupos, comissões e bibliotecas de diferentes nacionalidades que usam o AACR2, não deixando de ouvir também aqueles que trabalham com códigos próprios na intenção de fazer com que a RDA fosse apropriada para o uso em contexto internacional.

A *International Standard Bibliographic Description (ISBD)* também tem sua parcela de contribuição para fazer da RDA uma norma internacional. Criada pela IFLA, a ISBD auxilia a criação de descrição bibliográfica e expõe os elementos necessários para a descrição



de um recurso. E por ser aceita internacionalmente, a ISBD segue como uma das normas que subsidiaram o desenvolvimento do código internacional.

O propósito de se firmar como uma norma usada em âmbito internacional terá continuidade conforme a RDA for sendo usada e as novas atualizações tornarem-se necessárias. Nesse processo futuro a norma se estabelecerá como referencial de catalogação universal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As novas tecnologias trouxeram uma nova forma de fazer, reproduzir, armazenar e utilizar a informação registrada em suportes que foram mudando conforme as alterações ocorridas no meio em que estão inseridas. Neste contexto, tornou-se necessária a avaliação dos formatos de suportes usados em bibliotecas e como é imprescindível que sejam feitas adequações à novos suportes, bem como aos serviços desenvolvidos e prestados pelas UIs.

O catálogo, como um dos principais atingidos pela chegada das novas tecnologias, teve suas formas de apresentação e sua estrutura alteradas dos catálogos em ficha de papel para os automatizados, expandindo assim sua área de alcance.

As próprias regras usadas na catalogação, em âmbito mundial, sentiram a necessidade de se ajustarem as mudanças e usufruírem dos benefícios oferecidos pela nova forma de ordenar os registros bibliográficos dentro dos catálogos. Os antigos *Princípios de Paris*, de 1961, passaram por alterações para servirem aos novos públicos surgidos e com as suas necessidades.

Esses temas outrora tratados, objetivaram formar um pano de fundo para o estabelecimento de uma nova forma de catalogar não mais apenas livros, mas, também, novos suportes e novos conteúdos que tem em si registrada algum tipo de informação útil a alguém em algum lugar; lugar este que se torna cada vez menos distante se a forma de catalogar usa de maneira eficiente as ferramentas que tem a seu dispor.

Diante de tantas mudanças é evidente que o principal instrumento de auxílio à catalogação usado atualmente, o AACR2, passasse por revisões que expandisse seu campo de abrangência, e servisse de apoio para a descrição dos suportes que estão constantemente alterando-se. E como o AACR2, por sua importante contribuição a catalogação, deixou de ser usado apenas no ambiente Anglo-Americano, passando a ser adotado em vários países, fez-se necessária a mudança, também, no nome para RDA.



SNBU 2014
Belo Horizonte - MG
XVIII Seminário Nacional de
Bibliotecas Universitárias
16 a 21 de novembro

É neste contexto que surge a RDA com seus objetivos, seus princípios, sua estrutura focada no usuário, o principal interessado nos serviços prestados pelas bibliotecas. O presente trabalho teve como objetivo traçar o caminho de códigos até a chegada da RDA, justificando os meios que levaram ao seu desenvolvimento. O estudo aplicado permitiu fazer um breve plano de fundo da catalogação, dos catálogos e dos códigos, evidenciando a forma como a comunidade catalográfica mundial se esforçou no sentido de estabelecer regras que padronizassem os registros de dados bibliográficos e permitissem, inclusive, o intercâmbio desses dados, contribuindo assim para uma catalogação cooperativa entre diversos países.

O estudo dos modelos conceituais FRBR e FRAD, que são a base da RDA, proporcionou melhor entendimento do funcionamento da norma, bem como o importante auxílio que estes modelos prestam ao serviço catalográfico e o desenvolvimento de novos códigos.

Diante disso, verifica-se que a biblioteca, como um ambiente em constante crescimento, como enfatiza Ranganathan (2009) em sua quinta lei da Biblioteconomia, não deve e nem pode se fechar as mudanças causadas pelas novas tecnologias e tão pouco deixar de usar em seu benefício e em benefício dos usuários toda a adição que estas novidades trazem.

REFERÊNCIAS

ALA. **RDA toolkit: resource description and access**. ALA, 2010. Disponível em: <<http://www.rdatoolkit.org>>. Acesso em: 25 fev. 2013.

DENTON, William. FRBR and history of cataloging. In: TAYLOR, Arlene (Org.). **Understanding FRBR: what is and how it Will affect our retrieval tools**. Westport, CT: Greenwood Publishing Group, 2007. Disponível em: <[bitstream/handle/10315/1250/denton-frbr-and-the-history-of-cataloging.pdf](http://bitstream.handle/10315/1250/denton-frbr-and-the-history-of-cataloging.pdf)>. Acesso em: 2 jun. 2012.

HUTHWAITE, Ann. Prefácio a revisão de 2002. In: JOINT STEERING COMMITTEE FOR REVISION OF AACR. Tradução da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários,



SNBU 2014
Belo Horizonte - MG
XVIII Seminário Nacional de
Bibliotecas Universitárias
16 a 21 de novembro

Cientistas da Informação e Instituições. **Código de Catalogação Anglo-Americano**. 2. ed., revisão 2002. São Paulo: FEBAB: Imprensa Oficial, 2005. v. 1.

IFLA. **Declaração de princípios internacionais de catalogação**. 2009. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/icp/icp_2009-pt.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2012.

_____. **Functional Requirements for Bibliographic Records**: final report. München: Saur, 1998. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/frbr/frbr_2008.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2012.

JSC/RDA. **RDA – Resource description and Access**: objectives and principles. JSC/RDA, 2009a. Disponível em: <<http://www.rda-jsc.org/docs/5rda-objectivesrev3.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2012.

_____. **RDA – Resource Description and Access**: a prospectus. JSC/RDA, 2009b. Disponível em: <<http://www.rda-jsc.org/rdapropectus.html>>. Acesso em: 6 jun. 2012.

_____. **RDA table of contents**. 2012. Disponível em: <<http://access.rdatoolkit.org/rdatoc.html>>. Acesso em: 10 fev. 2013.

KNIGHT, F. Tim. **Resource Description and Access**: from AACR to RDA. 2010. Disponível em: <http://yorkspace.library.yorku.ca/xmlui/bitstream/handle/10315/6717/RDA_CALLarticle_final2.pdf>. Acesso em: 10 out. 2012.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti. **Catalogação no plural**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2009.

MODESTO, Fernando. **O AACR não dá, mas o RDA dará vitaminação ao catalogador**. 2008. Disponível em: <http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=334>. Acesso em: 12 mar. 2013.

OLIVER, Chris. **Introdução à RDA**: um guia básico. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2011.

RANGANATHAN, S. R. **As cinco leis da Biblioteconomia**. Tradução de Tarcisio Zandonade. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009.

SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura da Costa; CORRÊA, Rosa Maria Rodrigues. **Catalogação**: trajetória para um código internacional. Niterói, RJ: Intertexto, 2009.

SILVA, Eliana Barboza de Oliveira et al. Conceituação e aplicação do novo padrão para descrição bibliográfica Resource Description and Access (RDA). **CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 1, n. 5, p. 113-123, 2012. Disponível em: <<http://revista.crb8.org.br/index.php/crb8digital/article/viewFile/74/76>>. Acesso em: 2 fev. 2013.